

mento que estava havendo sobre o mesmo era contrário. Nada mais havendo em votação foi o projeto aprovado. Não havendo mais nenhum assunto a tratar naquela sessão, encerrou-a o Senhor Presidente, sendo a presente ata lavrada e se aceito foi lido assinada pelo Presidente e Primeiro-Secretário.



Cita da Trigésimo Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.

Nos dois dias do mês de dezembro de um mil, novecentos e noventa e um, às vinte horas e trinta minutos, reuniram-se os senhores vereadores para a realização de mais uma sessão prevista àquela ano. Invocando a Proteção Divina, deu início o Senhor Presidente aos trabalhos, solicitando de imediato a leitura da ata da sessão anterior, à qual, não havendo nenhuma controvérsia foi em votação aprovada. E se seguir foram apresentadas as correspondências recebidas e expedidas no decorrer da semana que antecedeu à sessão, pelo vereador primeiro secretário.



rio da Casa. Após, foi apresentado o Projeto de Lei número setecente do Executivo o qual, foi encaminhado às comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e Obras, Viação e Serviços Urbanos para que elaborassem parecer ao mesmo. Representou, a seguir o Senhor Presidente as matérias constantes em pauta para a Ordem do Dia. Após, concedeu o espaço aberto aos vereadores que desejassem usar do pequeno expediente. Vitorino Dalla Libera, disse de sua decepção quanto a matéria apresentada pelo governador Jaime Campos, de vetar dezito projetos de emancipação de Distritos matogrossenses. Mencionou sua infelicidade pela atitude tomada pelo governador, dizendo que muito lutou pela emancipação do Distrito de Santa Carmem e que não gostaria que fosse o Projeto de sua emancipação vetado. Solicitou que seus colegas o apoiassem para poderem mostrar que Santa Carmem poderia e tinha estrutura para emancipar-se. José Pedro Serafini, denunciou sobre a forma viés possível de como vinha agindo o Secretário da Fazenda, Comércio e Indústria do Estado para com respeito ao município de Sinop. Mencionou do tentativa do Secretário de conseguir sustentar administrações intem-

petentes através de fiscalização durís-  
sima aos empresários, os quais sem-  
pre contribuíam para com o Es-  
tado, pagando seus tributos, e ajudan-  
do assim com o desenvolvimento  
do Estado. Entendeu que não de-  
viam tomar atitudes drásticas, mas  
entrar com uma ação política pa-  
ra estancar o que estava sendo  
feito e cobrar do Governo do Es-  
tado e da Secretaria de Fazenda  
uma posição mais estável quanto  
ao caso. Solicitou dos empresários  
para que assumissem uma posi-  
ção de defesa próprio. Disse que de-  
veriam requerer do Estado a devolu-  
ção aos municípios do que lhes  
era de direito das arrecadações.  
Relatando, Dalton Benoni Mar-  
tini mencionou que não eram  
só as fiscalizações a nível de Es-  
tado que estavam prejudicando os  
empresários mas também as de  
nível federal. Entendeu que difíci-  
mente o comércio sobreviveria com  
tais cargas de impostos que vinham  
sendo penalizados, continuando José  
Pedro Serapini, referiu-se ainda a fal-  
ta de assistência dada pelo INSS,  
sendo que as consequências da fal-  
ta de atendimento eram arcadas  
pelo município. Entendeu que o  
município deveria tomar a inicia-  
tiva para reverter a situação. Men-



ciou das várias vezes que foto foi enviada por empresários que reportavam sobre o assunto, e necessitando após do testemunho dos mesmos, se ometiam, transferindo toda a responsabilidade ao Poder Legislativo. Waldemar Brandão, solicitou que fosse demonstrado pelo Casa, através do ofício, a gratidão que tinham pelo trabalho prestado pelo juiz Elinaldo Veloso Gomes, o qual fora transferido de Simão, agradecendo-o pelo seu desempenho junto a Comarca, solicitando o vereador que fosse enviado cópia do ofício aos seus superiores. Requeriu que fosse oficiado a Comarca por terem encampado em Simão a idéia de se criar um Patrimônio dizendo que a idéia fora desenvolvida em Curitiba. Solicitou que fosse feito algo para desenvolver a idéia para não ficar só no papel e não ser somente mais uma promessa vã, pedindo que fosse enfatizado a preocupação no ofício. Endossou as palavras do vereador Vitorino Della Libera, dizendo que era preciso sim fazer algo para que o governo mantivesse a lei de emancipação do Distrito de Santa Tereza, mencionando que deviam pedir ao deputado Jorge Yamai, que era o portador das mensagens dos vered-

res, que tentasse de todas as maneiras possíveis fazer com que fosse Santa Carmem emancipada com urgência pois o povo já fizera o que podia pela emancipação do distrito. Quanto ao dito pelo vereador José Pedro Serafini, disse das várias denúncias que já fizera quanto a corrupção existente nos órgãos de fiscalização, mencionando que as engrandecia sob o pretexto o pronunciamento do vereador. Reportou-se após, a Colômbia, fazendo mais uma vez denúncias ao sistema de habitação, pois entendia que mentira novamente aos vereadores, dizendo dos acordos feitos e que a mesma estava cometendo injustiças para com os mutuários, pois quando da aquisição das casas fora dado prazo até janeiro de noventa e dois para o pagamento da primeira prestação após o depósito, o que não ocorreu pois já estavam recebendo, os mutuários, a cobrança do mesmo. Participando, Vitorino Dalla Libera, emalteceu as palavras dos vereadores José Pedro Serafini e Waldemar Brandão quanto a fiscalização, dizendo das várias denúncias recebidas quanto a contrariedade do governo do Estado a instalação de novas indústrias em Simão que fora feita pela Associação dos Madeireiros, entendendo que deviam



tentar acabar com a diferença de taxa entre um Estado e outro, o que vinha prejudicando a instalação das novas indústrias, pois saíam as máquinas de seus Estados sem receber ICM e chegando no Mato Grosso tinham que o pagar. Continuando Waldemar Brandão, solicitou que fossem tomadas providências quanto as denúncias, principalmente da Cohab quanto ao residencial Fequitibás. Jonas Pluniquê de Lima, achou um absurdo a denúncia dos vereadores, que diziam que empresas não deviam ser fiscalizadas, entendendo que devia o empresário pagar seus tributos, dizendo que era por serem sonegados os impostos que o país se encontrava numa situação difícil. Mencionou que principalmente no Estado do Mato Grosso não existe nenhuma empresa que recebia direito todos os encargos trabalhistas. Achou que toda empresa deveria recolher os seus encargos fossem quais fossem. Repartando, Waldemar Brandão disse ordou do vereador, dizendo que o maior sonegador era o governo e não o empresário, pois ele não roubava, e sim dava empregos e casas aos trabalhadores, mencionando que o maior construtor de casas de moradia não era a Cohab e sim os madeirei-

ros que construiam casas para dar aos seus funcionários. Disse da infelicidade que sentia quando um vereador se pronunciava do forma como o vazia o vereador. Continuando, Jonas Henrique de Lima mencionou que o empresário tinha que aprender a ganhar menos e pagar todos seus tributos e encargos trabalhistas, principalmente esses que eram muitas vezes despiados ficando o trabalhador sem assistência. Aparentando, José Pedro Serafini disse que quando levantara a questão da fiscalização a taxa de responsável pela maneira de como estava sendo feita, pois o dinheiro que estava sendo recolhido não vinha sendo usado corretamente, não vinha sendo repassado em forma de atendimento. Mencionou que não apoiava em totalidade a sonegação mas entendia que a empresa para sobreviver tinha que sonegar, pois caso contrário deixava sua própria falência. Disse da falcatrua de alguns fiscais, citando o caso de um recolhimento que fora feito e não fora depositado na conta do governo do Estado, que inclusive podia ser comprovado através de documentos. Continuando, Jonas Henrique de Lima reportou-se quanto aos fiscais, dizendo que existiam realmente fiscais corruptos os quais tinham



que ser vigiados e denunciados ao governo do Estado para serem retirados de seus cargos. Mencionou novamente que tinham as empresas que serem fiscalizadas, recolherem os tributos do Estado e do município, e principalmente os direitos trabalhistas. Ao ser lidomar Kirsh, pediu que lhe fosse explicado pela Secretaria de Fazenda através do ofício, do porque que uma mercadoria que atravessava todo um país com dezesseite por cento do ICM pago, chegando no Estado do Mato Grosso tinha que pagar mais dezesseite por cento. Quanto as acusações do vereador Jonas Henrique de Lima quanto ao não recolhimento dos tributos por parte dos empresários entendeu que não fora correto, pois o mesmo igualara a um nível só todos os empresários, dizendo que realmente existiam empresas que não recolhiam totalmente seus tributos, mas que também existiam as que recolhiam em dia. Disse que não concordava que fossem negados impostos ou deixado de recolher outros tributos, também o nível de previdência. Referiu-se ao caso do INSS, entendendo que enquanto não fossem atendidos corretamente pelo órgão, recolhendo em dia seus encargos, deveriam boretarem os mesmos, convidando a todos, e a imprensa para que anuncie a decisão que toma-



suam. Não havendo mais nenhum  
vereador a usar da palavra, deu con-  
tinuidade o Senhor Presidente aos tra-  
balhos com a Ordem do Dia, apresen-  
tando invariavelmente o requerimento nú-  
mero noventa e oito, de autoria de ve-  
readores. Em questão de ordem, Walde-  
mar Brandão requereu verbalmente  
baseando-se no artigo cento e quaren-  
ta e quatro, do Regimento Interno da  
Câmara, para que fosse apreziado um  
pedido de vistas ao projeto orçamen-  
tário para que dele tivessem maior  
conhecimento e pudesse analisá-lo  
melhor não o votando naquela ses-  
são. Conseqüentemente prejudicando  
o requerimento anteriormente apresen-  
tado. Colocou em discussão, o Senhor  
Presidente, o requerimento do vereador  
Waldemar Brandão. Dalton Benoni Mar-  
tini, acha que deviam votar o proje-  
to orçamentário e suas emendas  
apresentadas a ele pela Comissão mis-  
ta, ainda naquela Sessão aprovando-  
o, ou reprovando-o, mas o requerimento  
extemporâneo, pois fora apresentado  
a Comissão após a mesma ter exa-  
rado o parecer. Mencionando que se  
não votassem naquela sessão o pro-  
jeto ao menos fosse o mesmo discu-  
tido. José Pedro Serafini, complimen-  
ta o posicionamento do vereador  
Dalton Benoni Martini, dizendo que a-  
partir do momento que era exaro-



do o parecer pela Comissão Mista, automaticamente se extinguiria a mesma, entendendo que para analisar o requerimento devia-se novamente convocar a formação da Comissão Mista. Waldemar Brandão, mencionou que o vereador Dalton Benoni Martini, não entenderia sua solicitação, pois não pediu para refazer o projeto, apenas queriam analisá-lo melhor. Participando, Dalton Benoni Martini disse que era de sua preocupação também o tempo, pois já se esgotara o prazo de encaminhamento do projeto ao Executivo, regimentalmente. Mas seguramente não tomaria nenhuma medida, o Executivo contra a Casa por já ter se esgotado o prazo. Continuando, Waldemar Brandão aceitou a ponderação do vereador, mas informou ao mesmo que a Casa não poderia entrar em recesso sem votar o orçamento, entendendo que ainda tinham muito tempo para votá-lo. José Pedro Sora Fini, disse concordar com o vereador Dalton Benoni Martini quanto ao tempo de tramitação na Casa do projeto orçamentário, dizendo que também era de sua posição que fosse votado naquela sessão. Complementando, Dalton Benoni Martini disse que regimentalmente tinham a oportunidade de votá-lo em três vezes entendendo que deviam votar favore-

velmente ao mesmo naquela sessão, e em próximo, se fosse encontrado alguma dúvida ao mesmo, que votassem contrário, para a tramitação transcorrer normalmente. Entendeu, José Pedro Serofini que podiam convocar uma Sessão Extraordinária tramitando assim normalmente o projeto na forma bipartecando, Waldemar Brandão disse que se celebrava a disposição, após a concordância dos demais edis a seu pedido de votar ao projeto, de requerer que fosse dispensado o interstício regimental ao projeto votando-o em única sessão, até antecipando daquela forma sua votação. Continuando, José Pedro Serofini entendeu que não havia necessidade de deixarem para próxima sessão, pois poderiam deliberarem-o em primeira votação, naquela sessão, e conseqüentemente as demais votações podriam ser feitas no decorrer da semana como também as análises que a bancada do PFL solicitava, dizendo que no seu entender o exposto estava muito bem explicado. Osmar Messias Martinelli, mencionou que preferiria que fosse votado o projeto naquela sessão, para não ser taxado amanhã ou depois de haver negociado com o Executivo, pois muitas pessoas entendiam que o pedido de votar era uma forma de negociação para com o Executivo. Mani-



fez-se durante seu posicionamento, o cidadão que estava presente a Casa, solicitando o vereador que fosse o plenário respeitado. Disse ser sua posição, a votação do projeto naquela sessão com as devidas emendas. José Pedro Serafini, requereu a mesa que fosse suspensa a sessão por alguns minutos para que pudessem analisar junto as suas bancadas o requerimento de pedido de vistas do vereador Waldemar Brandão. O que não foi aceito pelo Senhor Presidente pois não partia o requerimento do vereador autor da proposição que estavam discutindo. Continuou em discussão o requerimento de vistas ao projeto orçamentário. Solicitou o vereador Dalton Benoni Martini, Líder da Bancada do PL, que fosse concedido alguns minutos a bancada. O que foi aceito, retomando a bancada a plenário, não havendo mais nenhum interesse por parte dos vereadores em discutir o requerimento foi o mesmo posto em votação, sendo aprovado pela maioria. A seguir, abriu o Senhor Presidente, espaço de tempo às explicações pessoais dos Senhores Vereadores. Waldemar Brandão, requereu a Mesa que convocasse Sessão extraordinária para deliberarem sobre a proposta orçamentária. Pondo em discussão, salientou o vereador

Dalton Benoni Martini que estaria impossibilitado de participar de qualquer reunião na quinta ou sexta-feira pois havia compromissos já assumidos para resolver fora do município. Da mesma forma Fauro Schuck disse que não poderia participar. Com isso, ficou decidido e todos convocados para o sábado na quarta-feira à noite. Vitorino Dalla Libera, dirigindo-se ao vereador Omar Messias Martinelli, mencionou que tinha que negociar com o Senhor Prefeito sim, pois num orçamento elevado com o era aquele, havia sido destinado somente sessenta mil cruzeiros ao Distrito de Santa Carmem para o decorrer do próximo ano, dizendo ser uma Punição para com os treze vereadores, sendo por motivos como esse que tinham que negociar para assim serem esclarecidos os pontos obscuros do projeto orçamentário. José Pedro Serofini, acreditou que o assunto levantado pelo vereador Vitorino Dalla Libera, não era do seu agrado colocá-lo na situação que era o colocado. Disse que no orçamento da União os Estados somente eram lembrados quando os deputados federais e senadores apresentavam via plenário emendas que seriam incluídas nas leis de diretrizes orçamentárias.



rias e como prova disso tinham  
CIAC que fora conseguido para Si-  
mão por Júlio Campos e Joaquim Su-  
rena quando se elaborava o orça-  
mento, dizendo que se os mesmos  
ficassem impunes realmente nada  
conseguiriam para seus estados. Li-  
parteando, Waldemar Brandão disse  
que pelo que pudera entender até  
aquele momento terminaria o discurs-  
so do vereador tentando fazer com que  
o vereador Vitorino Dallo libere não  
defendesse seu distrito, mencionando  
que o mesmo com veemência relia-  
tava para que a Comissão se reu-  
nissa e tentasse conseguir algo mais  
para o distrito. Continuando, José Pe-  
dro Serapini, disse ser justificável que  
ser o vereador Waldemar Brandão de-  
fender o vereador Vitorino Dallo libere,  
por ser líder da bancada ao qual o  
vereador pertencia. Mencionou que as  
emendas ao orçamento deviam ter  
sido feitas quando da apresenta-  
ção da Lei de Diretrizes Orçam en-  
tárias, dizendo que não era questão  
de injustiça, pois se algum cidadão  
daquele distrito viesse reclamar não  
haveria nenhum pedido na casa,  
para as obras que deviam ser feitas  
via P.D.O., por parte do vereador. Disse  
que era bem verdade que o vereador  
trabalhava pelo distrito, pois por vá-  
rias vezes o acompanhara ao Exe-

ativo, como líder daquele Poder, para reivindicar as necessidades daquela comunidade. Jonas Henrique de Lima, reportou-se quanto ao comportamento do vereador Omar Messias Martinelli, quando da discussão do requerimento na Ordem do Dia, dizendo estar de veras envergonhado, pois entendia que o povo que fazia presença às sessões devia ser suspeitado, entendendo-se sentisse-se o vereador prejudicado deveria se dirigir ao presidente da Casa e não diretamente ao cidadão. Omar Messias Martinelli, disse que nunca desuspeitaria a ninguém e que o que ouvira naquela sessão fora um desrespeito a sua pessoa. Entendeu que cada cidadão que se fazia presente a sessão estava na Casa era porque queria, ninguém o obrigava a vir a Casa. Disse que não queria negociar com o prefeito mas se tivesse outros vereadores que o quizessem tinham todo o direito. Dirigindo-se ao vereador Vitorino Dalpe fibero, mencionou que tiveram um Plano Plurianual e uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que fora aprovado pela Casa, e que se fora somente destinado sessenta mil cruzeiros ao distrito Santa Carmem era porque passara despercebido e não porque alguém quizesse que somente fosse destinado aquele valor. Itair



Edomar Kirsch, referiu-se novamente ao assunto fiscalização, dizendo que não queria condicionar fiscais que não estivessem envolvidos diretamente ou indiretamente na corrupção, do Secretario Fazenda, mas se necessário, fosse tinham subsídios para provar o desrespeito deles para com o cidadão que recebe seus impostos em dia. Disse que gostaria que fosse anunciado através da imprensa, o não pagamento de nenhuma multa pelos empresários, sem que fosse profundamente analisado, pois toda a multa era amparada por lei deviam consultar leis antes de pagar seus impostos. Não havendo mais nenhum vereador interessado em usar da palavra agradecendo a Proteção Divina, declarou o Senhor Presidente encerrada a Sessão, sendo a presente ata lavrada e aceita for lá assinada pelo Presidente e Primeiro - Secretario.

Ata do nona Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Sinop - Estado de Mato Grosso.